

Manuel Villaverde Cabral

## Trás-os-Montes entre as máscaras e a roda da fortuna

Brian Juan O'Neill, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros. Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Coleção «Portugal de Perto», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983.

Devo dizer, de entrada, que este livro constitui, na minha opinião, a melhor monografia publicada, desde há muito tempo a esta parte, no domínio dos estudos rurais portugueses. E só digo publicada, porquanto, apesar de bastante se ter editado neste domínio recentemente, estão ainda para publicação algumas monografias que virão rivalizar com esta e, quanto a mim, promover em conjunto um significativo salto em frente na área dos estudos rurais: estou a pensar nomeadamente nas teses de João de Pina Cabral, José Madureira Pinto e João Ferreira de Almeida.

Acrescentarei que, embora menos completa e bem apresentada do que a obra já antiga de José Cutileiro sobre uma localidade alentejana, esta monografia não deixa de ir mais longe no campo que se propôs. Em contrapartida, não escondo que, para mim, o trabalho de Brian O'Neill teria ganho com uma apresentação mais conceptual e mais concisa. Na verdade, não fiquei inteiramente convencido com a argumentação do autor em favor da «riqueza de pormenores» (p. 38). Muitas vezes, tais «pormenores» surgem apenas como repetições de uma «diferença específica» da aldeia de Fontelas, que não chega a ser claramente conceptualizada e cujo alcance sociológico nos escapa portanto em parte.

### DESIGUALDADE SOCIAL OU DIFERENCIAÇÃO ECONÓMICA?

A ideia central do livro é simples e as dúvidas que emitirei a seu respeito têm mais a ver com a tradição teórico-metodológica em que B. O'Neill se insere do que propriamente com a sua pesquisa empírica. Esta última não só me parece da mais alta qualidade, como evidencia indirectamente a falta de rigor metodológico, hoje patente, dos estudos clássicos de Jorge Dias sobre o alegado comunitarismo das aldeias das montanhas do Norte de Portugal.

A tese do autor é, pois, simples. Opondo-se a uma forte tradição antropológica que construíra uma imagem igualitária das pequenas comunidades de montanha da Península Ibérica, B. O'Neill descobre na sua aldeia transmontana não só vincadas diferenças económicas, mas também algo que ele faz questão em designar como uma profunda desigualdade social. Debruçando-se em pormenor sobre as relações existentes em Fontelas entre património e matrimónio, isto é, entre o acesso à terra e à força de trabalho, ao

casamento e à herança, O'Neill apresenta-nos desde o início uma aldeia estruturalmente dividida em quatro grupos sociais separados por «diferenças radicais» (p. 22). Todo o livro é uma glosa desta afirmação inicial.

Contudo, o autor evita dizer se esses grupos são «classes». Fechando-se no campo analiticamente restrito do estudo de comunidade, ele contorna as dificuldades da problemática das classes sociais, mas não as resolve. Na boa tradição empírica da antropologia anglo-saxónica, refugia-se mesmo no argumento nominalista antiteórico e propõe a eliminação das dificuldades pela supressão de grande parte do vocabulário conceptual da sociologia rural (pp. 377 e segs.). A prova, porém, de que B. O'Neill não chegou a resolver as dificuldades de fundo reside no facto de, ao cabo de 400 páginas de densa análise, ele próprio se referir às desigualdades observadas como «diferenciações económicas no seio do campesinato» (pp. 401 e 407). Ora, em boa teoria sociológica, desigualdade social entre grupos ou classes é uma coisa; diferenciação económica no seio do mesmo grupo é outra bastante distinta.

Com efeito, as minhas divergências relativamente à tese central do autor têm sobretudo a ver com a tradição e a temática disciplinar de que ele parte. No que me diz respeito, oriundo de uma tradição completamente oposta, desde o início que desconfiei, quando li *Vilarinho das Furnas e Rio d'Onor* há cerca de quinze anos, da imagem comunitária e igualitária que Jorge Dias procurava inculcar. Sob uma espessa camada apologética, muito ao gosto antiliberal da época, qualquer das monografias de Jorge Dias deixava claramente entrever profundas diferenças entre os aldeãos daquelas aldeias. Daí a teorizar a projecção, no mundo camponês, das categorias de classe e conflito social próprias da sociedade urbano-industrial ia um pequeno passo que o autor destas linhas deu sem hesitar. Sinto-me, pois, particularmente à vontade para discordar, hoje, dessa tendência, a que B. O'Neill não escapa inteiramente, para transformar os processos de diferenciação económica no seio do campesinato, enquanto classe distinta e virtualmente oposta às outras classes sociais nacionais, em outros tantos processos de polarização e conflito, para não falar em luta de classes.

É certo que B. O'Neill não vai tão longe como certos teóricos da «luta de classes nas aldeias» (M. Jollivet e a sua escola, por exemplo). Contudo, ele não deixa de alimentar a ideia de que os conflitos indiscutíveis, e sem dúvida graves à escala aldeã, entre pais e filhos, casados e solteiros, herdeiros e irmãos não beneficiados, e mesmo entre grandes e pequenos agricultores, são conflitos redutíveis aos conceitos de exploração e luta social próprios da sociedade urbano-industrial. Quanto a mim, tais teses não levam a parte alguma. Aliás, o autor bem se apercebe disso, não só ao recusar-se a falar em classes, mas sobretudo ao registar múltiplos mecanismos e instituições de absorção real — e não meramente simbólica — das tensões. Nem outra coisa se pode deduzir do posfácio, na minha opinião algo pouco feliz, em que B. O'Neill recorda com nostalgia o tempo passado junto da comunidade camponesa de Fontelas...

O balanço entre diferenciação socialmente legitimada e desigualdade socialmente contestada é dos mais difíceis de fazer. Pela minha parte, apenas quis notar que tal balanço depende, em certa medida, do ponto de vista de onde se parte. A questão torna-se ainda mais complicada quando às noções de entre-ajuda, comunitarismo e igualitarismo se associam as de «autêntica democracia», para já não falar na ideologia da aldeia como harmonia idílica. Era nisso que Jorge Dias nos queria fazer crer, o que se compreende à luz da ideologia autoritária da época. Já se compreende menos, porém, que

alguns antropólogos actuais o continuem a fazer, na esteira deletéria do substantivismo aplicado à filosofia e teoria políticas. Ao reagir contra tais tendências, B. O'Neill prestou um óptimo serviço aos estudos rurais. Pela parte que me toca, só posso apoiá-lo vigorosamente na sua desmistificação do neofolclorismo que actualmente aflige as nossas sociedades, e é por isso mesmo que o seu posfácio me parece surpreendentemente ambíguo.

Também não o posso acompanhar na senda de autores que, como Bourdieu, por exemplo, pretendem elevar-se acima da própria compreensão que os actores têm da sua realidade e transformam em meras «máscaras» os mecanismos e instituições reais de coesão social (pp. 30-31, etc.). São múltiplas, com efeito, as instâncias conscienciosamente reveladas por B. O'Neill em que os mesmos mecanismos que diferenciam e polarizam funcionam também ao revés: o caso mais notório é o da frequência com que criados e jornalheiros, nascidos de uniões ilegítimas, são recuperados para dentro dos grupos domésticos abastados, seja através da adopção, seja através do próprio casamento. Ora, na minha opinião, a simples variável demográfica — isto é, a diminuta escala da comunidade estudada e o limitado raio da sua área matrimonial — explica por si só a boa dose de circulação entre grupos sociais que se observa em Fontelas e que procuraríamos em vão fora de um universo camponês.

## PATRIMÓNIO E MATRIMÓNIO EM FONTELAS

Com efeito, aquilo que o autor demonstra empiricamente não é um mero caso de mobilidade social — excepcionalmente ascendente e frequentemente descendente —, como podemos encontrar, em última análise, nas sociedades urbano-industriais. Ilustra, sim, um caso de verdadeira tendência para a mobilidade cíclica camponesa. Esta última é essencialmente função dos ciclos familiares e demográficos, como foi teorizado há décadas por um autor que os antropólogos persistem surpreendentemente em ignorar: Tchayanov. A minuciosa incursão histórico-demográfica feita por B. O'Neill aponta efectivamente para a continuidade de algumas das casas grandes, mas mostra também a emergência de novas casas abastadas. Porém, este tipo de análise é insuficiente para mostrar a possível e provável descontinuidade de outras tantas casas grandes, além de que escamoteia o facto de a preservação indivisa do património passar frequentemente pela descontinuidade da linhagem familiar.

Em suma, à metáfora das «máscaras», que supõe a duvidosa existência de um observador onisciente capaz de arrancar as ditas «máscaras», à maneira de Bourdieu, a tal metáfora, dizia eu, prefiro de longe a da «roda da fortuna». Como a B. O'Neill (pp. 189 e 353), também a mim se me tem deparado no trabalho de campo uma teoria camponesa da boa e má sorte: porque não lhe atribuir algum crédito heurístico? Segundo alguns dos melhores teóricos das ciências sociais, mais vale a sólida teoria espontânea do indígena do que a rebuscada interpretação do colono cultural que o cientista social inevitavelmente é. Seja como for, a metáfora da «roda da fortuna» tem, creio eu, a vantagem suplementar de indicar que, ao girar continuamente, nem sempre ela repele e exclui, mas muitas vezes atrai e inclui.

Mas há no livro outras demonstrações caras ao autor e que me permitirei discutir. Empenhado em demonstrar a falácia igualitária, insiste ele em pro-

var que a própria entreajuda é um mecanismo de exploração económica e de reforço da desigualdade estrutural. Na medida em que as trocas de trabalho são função do número de «casas», e não da área cultivada por cada uma destas, não só a troca é assimétrica, como «esconde» a desigualdade do património sob o «engano igualitário» (pp. 198 e segs.) das casas enquanto membros individuais da comunidade de vizinhos.

Sinceramente, custa-me a crer que os aldeãos de Fontelas, ou de qualquer outra aldeia, se iludam com «máscara» tão grosseira. Sugiro, em contrapartida, que os prejudicados de hoje podem racionalizar a óbvia desigualdade, por um lado, enquanto igual necessidade de entreajuda, cujas assimetrias não deixam de ser materialmente compensadas (lautas refeições obrigatoriamente fornecidas pelas casas grandes); e, por outro lado, enquanto oportunidade igual para todos, isto é, enquanto norma que jogará a favor deles se e quando tiveram acesso a mais terra. Isto poderá suceder de diversas maneiras, essencialmente em função da composição e dimensão do grupo doméstico, a começar pelo acesso privado temporário ao fundo territorial comum (baldios) e a acabar pelo arrendamento de parcelas com a respectiva dotação comunitária de água. Em resumo, creio que mais uma vez o autor, sem fugir à observação minuciosa e escrupulosa que caracteriza toda a sua pesquisa, afastou depressa de mais algumas hipóteses interpretativas que contrariariam a lógica da sua tese radicalmente anti-igualitária.

Finalmente, B. O'Neill brinda-nos com uma admirável análise das relações entre património e matrimónio em Fontelas, extensiva possivelmente a muitas outras aldeias semelhantes. Deparando-se-lhe desde o início uma taxa de nascimentos ilegítimos tanto mais alta e surpreendente quanto a comunidade é maciçamente católica e praticante, o autor mostra a íntima relação da ilegitimidade com um sistema de herança que tende a beneficiar um só herdeiro (seja ele homem ou mulher, filho ou adoptado), em detrimento de todos os outros herdeiros potenciais. O sistema condena muitos dos irmãos e irmãs dos herdeiros beneficiados não só ao celibato (ou à emigração), mas também a permanecerem como trabalhadores não remunerados no grupo doméstico chefiado pelo herdeiro.

Acresce que o celibato maciço constitui um incentivo à procriação extra-matrimonial e, consequentemente, extrapatrimonial também. Daí a falar da sexualidade como «reprodução da mão-de-obra» (p. 273) e das «relações de parentesco como relações de propriedade» (p. 284) são exageros hiperfuncionalistas que lembram a época ultrapassada em que Lévi-Strauss namorava com o marxismo... Mas não é esta, felizmente, a tendência dominante do livro. Pelo contrário, o autor ilustra de forma soberba como a própria desvalorização ritual do casamento e da conjugalidade (casamentos clandestinos, separação residencial dos cônjuges, etc.) simboliza a subordinação, em Fontelas, do matrimónio e da sexualidade ao património e ao trabalho. Entre parênteses, agradeça-se ao autor ter sabido colocar a prática religiosa aldeã numa correcta perspectiva sociológica e ter resistido ao actual engodo neofolclórico por esse objecto social não identificado (Isambert) que é a «religião popular»...

Em contrapartida, há dois pontos em que o autor não me convenceu, apesar dos seus conscienciosos esforços. Primeiro, não me convenceu de que as estratégias patrimoniais e matrimoniais dos diversos grupos sociais sejam estruturalmente diferentes, designadamente as estratégias dos lavradores abastados e pobres. Segundo, também não me convenceu de que a concen-

tração da transmissão do património no momento da morte dos pais seja «a causa» da altíssima propensão para o celibato e a ilegitimidade. Como sugere J. Goody, citado pelo autor, tal propensão é imanente à estratégia, característica das comunidades camponesas ideal-típicas, de conservação do património indiviso, estratégia cujos motivos de viabilidade económica são por si só óbvios. Que a transmissão tenha lugar em vida ou pela morte dos pais, julgo ser relativamente equivalente para a indivisibilidade da herança.

Acho que B. O'Neill mostrou muito bem algumas das vantagens e inconvenientes do sistema de transmissão pela morte dos pais, designadamente do ponto de vista dos inevitáveis conflitos entre herdeiros potenciais. Mas não aceito de modo algum a ideia, avançada pelo autor, de que tal instituição se teria emancipado da consciência dos interessados para se lhes impor, por assim dizer, como uma força exterior (em especial p. 382). É essa uma interpretação típica do sociologismo durkheimiano, à qual se opõem todos os paradigmas accionistas, desde Marx a Weber. O que falta nesta pesquisa para que percebamos claramente o modo como os indivíduos foram, até há muito pouco tempo, brutalmente subordinados às casas nesta comunidade é um estudo sobre as sanções a que eles estariam sujeitos caso não se submetessem à ferocidade das estratégias colectivas.

#### «E PUR SI MUOVE...»

Embora o autor também não aprofunde, infelizmente, a questão, parece que a emigração das últimas décadas, ao oferecer uma alternativa maciça aos excluídos da linha património-matrimónio, acabou por pôr termo à triste reprodução das linhagens ilegítimas. Ainda bem. B. Vernier mostrou ter sido também esse o caso na ilha grega que estudou e onde vigorava um rígido sistema de herança semelhante ao de Fontelas. B. O'Neill pretende, contudo, que a emigração não chegou aqui para desvalorizar radicalmente o património fundiário e para alterar as antigas relações de riqueza-pobreza, como observou Vernier e como já foi tantas vezes observado em aldeias portuguesas (por exemplo, por M. Viegas Guerreiro em Pitões das Júnias). Mas então, se nenhuma alteração se verificou nas relações património-matrimónio e riqueza-pobreza, como explicar que as herdeiras ricas de Fontelas tenham ficado por casar e tenham ido buscar afilhados-descendentes no grupo dos criados e dos ilegítimos?

Como tantas outras, também esta pergunta ficará sem resposta por agora. O leitor terá percebido que foi deliberadamente que assumi o papel de advogado do Diabo. Longe de mim reabilitar o mito reaccionário do igualitarismo rural. Acredito, porém, como, por exemplo, S. Brandes, apesar da discordância de B. O'Neill (pp. 27 e segs.), que a migração maciça das últimas décadas contribuiu em geral para atenuar as diferenciações tradicionais. Mas, como nunca sonhei com qualquer aldeia idilicamente comunitária, também me sinto à vontade para contrariar os ímpetus revisionistas de Brian O'Neill. Chamando embora a atenção para algumas sérias divergências teórico-metodológicas, sou o primeiro a achar que foi excelente que ele tenha lembrado, àqueles que porventura andassem iludidos a tal respeito, que o bom povo das aldeias não é imune ao interesse económico e à diferenciação social.

A concluir, direi que, se não constituiu para mim surpresa saber que há e possivelmente sempre houve ricos e pobres nas aldeias de Trás-os-Montes, continuo a pensar que é um equívoco transformar esses ricos e pobres, geralmente ligados por fortes elos de parentesco e vizinhança e imersos num universo cultural comum, em embriões de capitalistas e assalariados, destinados a enfrentarem-se numa luta de classes de tipo urbano-industrial. Brian O'Neill não chega, aliás, a dar esse passo. É demasiado antropólogo para isso. Mas também se mostrou demasiado antropólogo para dar o passo teórico que permitiria, talvez, resolver a quadratura deste círculo da diferenciação dentro da homogeneidade, do equilíbrio entre forças centrífugas e centrípetas.

O passo consistiria em alargar o âmbito analítico dos estudos de comunidade. Com efeito, só o completo fechamento do campo de análise, em que B. O'Neill deliberadamente se encerrou, pode fazer esquecer que, vistas de fora, as diferenciações económicas no seio do campesinato de Fontelas pouca coisa são perante aquilo que une todas as casas da aldeia, quando esta é confrontada, globalmente, com a heterogeneidade e conflitualidade da sociedade urbano-industrial e com os mecanismos de exclusão-inclusão que esta exerce sobre as aldeias no seu conjunto. Mas isto seria inaugurar um novo discurso e, embora o livro de Brian O'Neill o justificasse sobejamente, o espaço obriga a ficar por aqui.